

**RESENHA**

Rohden, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. 248p. (Coleção História e Saúde).

Daniela Tonelli Manica\*

Complementando a discussão sobre a constituição de uma ciência fundamentada na construção da diferença sexual, tema do primeiro livro de Fabíola Rohden,<sup>1</sup> a autora procura agora desvelar os debates travados entre políticos, médicos e juristas nas primeiras décadas do século XX sobre os temas da contracepção, aborto e infanticídio.

A autora apresenta, no primeiro capítulo, intitulado *A sociedade e a reprodução: um problema político*, um panorama geral sobre como a reprodução vai se tornando um problema político, cada vez mais debatido no Brasil, Europa e Estados Unidos. A baixa da taxa de fecundidade aparece como uma das causas para que o aborto e a contracepção se configurem como questões que dificultariam a consolidação dos projetos nacionais. A maternidade, destino natural reservado para as mulheres, e o casamento são definidos como as soluções para o povoamento da pátria e o progresso da nação e da espécie humana. No Brasil, a questão da miscigenação representa um dos desafios colocados para a elite política preocupada com a formação da nação. Nesse contexto, os médicos conquistam um espaço fundamental para a configuração dessas questões e a busca de intervenções que representem uma solução.

No segundo capítulo, *Aborto e infanticídio na medicina: perturbações e desordens*, Fabíola mostra como os debates sobre essas questões podem revelar os métodos, agentes e práticas relacionados à reprodução. Em outras palavras, as dimensões sociais relativas à gravidez. A vitimização

---

\* Doutoranda em Antropologia Social – IFCH/Unicamp.

ROHDEN, Fabíola. 2001. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

das mulheres acometidas pela loucura puerperal funciona, então, como uma explicação científica para seu comportamento e também como um desvio da discussão sobre o controle da natalidade. No processo de classificação dos tipos de aborto e dos sujeitos envolvidos, Fabíola aponta também a busca dos médicos na distinção das suas práticas e, portanto, do seu universo de intervenção. Essa mesma intenção aparece nos debates sobre a contracepção tratados no terceiro capítulo, *O controle da natalidade: a sociedade em risco*. Os debates que resultaram da discussão sobre a possibilidade de aborto (inspirada pelo caso das mulheres estuproadas na Primeira Guerra) trazem também à tona as relações entre eugenia, modernidade, nação e trabalho que pautam o discurso médico.

O quarto capítulo trata do *Aborto e infanticídio na justiça: crimes e combates*. Abordando o jogo de responsabilidades que pautava a relação entre médicos e pacientes, e os processos de denúncia, inquérito e exames periciais, a autora procura apontar os pressupostos que fundamentam o olhar de juristas e médicos sobre as questões relacionadas a família e comportamento sexual, concentrados na construção da moral sexual da mulher, na sua ingenuidade e instinto maternal.

O capítulo seguinte, sobre *O infanticídio: um crime excepcional*, apresenta uma discussão mais pormenorizada sobre alguns casos. A solução de atribuir à mulher o estado de loucura puerperal e privação da inteligência, como no caso de Gloria Lourenço da Silva, tratado pela autora, mostra a dificuldade em se admitir a possibilidade do crime do infanticídio. A idéia de instinto maternal e amor materno, juntamente com a construção da loucura puerperal como um estado patológico que desviaria a vítima desses sentimentos naturais estão intrinsecamente relacionadas com os programas nacionais de proteção à criança e à maternidade que se passam a implantar.

O sexto capítulo aprofunda as conexões contextuais entre os discursos sobre casamento, reprodução e sexualidade e os projetos nacionais. Estas conexões são evidenciadas pelo empenho na atribuição da responsabilidade da mulher sobre a evolução da espécie e o futuro da pátria, bem como pela necessidade de educação destas para o cumprimento dessa missão. A aproximação entre a medicina e o Estado, mediada pela

atuação do sistema jurídico na era Vargas, evidenciam como as questões da população e da constituição da nação brasileira participaram ativamente na configuração do controle da natalidade como um problema sobre o qual pensava a elite política da época.

A autora mostra como o empenho em diagnosticar, controlar e intervir sobre o processo reprodutivo, particularmente no que se refere à atuação das mulheres e outros profissionais em relação a esta questão, passou a partir de então a significar ao mesmo tempo a consolidação dos projetos de uma nação forte e saudável e de um campo científico e jurídico que colaborava na concretização desses projetos. O deslocamento das questões reprodutivas para o âmbito do Estado, através principalmente da atuação de médicos e juristas em relação às questões de aborto, infanticídio e contracepção, temas trabalhados pela autora neste livro, apontam para as concepções de gênero, as regras sociais e sexuais e os valores de maternidade e família que passaram a ser constituídos ou reafirmados. Nesse processo, foi fundamental a tentativa de delimitação dos domínios do público e privado, natureza e cultura, indivíduo e sociedade.